



CARREGAL DO SAL

ATA NÚMERO SETE (2017-2021) DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL, REALIZADA EM 29 DE JUNHO DO ANO DE 2018.

—Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Carregal do Sal, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Carlos Jorge Morgado Gomes, secretariado, respetivamente, pela Primeira Secretária Ana Isabel Abrantes Ribeiro e pela Segunda Secretária Isabel Clara Amaral Teixeira.—

—VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO. REGISTO DAS PRESENCAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. —

—Verificada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, após cumprimentos, declarou aberta a sessão, eram precisamente vinte horas e quinze minutos.—

—Foram registadas as faltas, justificadas, dos membros da Assembleia Municipal Diego Enrique Rodrigues Garcia, António Marques da Costa Pinto, Casimiro Alves Martins Loureiro, Sandra Cristina de Oliveira Cortês e Carina Isabel Pereira Pessoa tendo sido substituídos, nesta sessão, pelos membros Manuel João Ferreira, António José Rodrigues dos Santos, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Sónia Alexandra Marques Amaral Rosas de Sousa e José de Figueiredo Castanheira. Aos membros que participavam, pela primeira vez, neste órgão deliberativo, o Presidente da Assembleia Municipal deu as boas vindas.—

—REGISTO DAS PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO. —

—Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara Municipal, Rogério



Mota Abrantes, do Vice-presidente da Câmara, José Sousa Batista e dos Vereadores António Óscar de Almeida e Paiva, Toni Serge Costa Ribeiro e Ana Cristina Silva Sousa Borges.- _____

_____ **INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.** _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal informou que o expediente rececionado neste órgão deliberativo e também o que foi expedido, encontrava-se arquivado em pasta, disponível para consulta e também tinha servido de base à ordem do dia a seguir transcrita, prévia e legalmente distribuída por todos os membros: _____

_____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** _____

_____ 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. _____

_____ **ORDEM DO DIA** _____

_____ **2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA** _____

_____ APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. _____

_____ **3. MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO** _____

_____ ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2018. _____

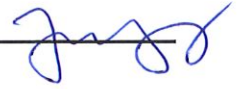
_____ **4. REGULAMENTOS** _____

_____ 4.1. REGULAMENTO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DO MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL (ALTERAÇÃO). ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ 4.2. REGULAMENTO DO PROVEDOR DO MUNÍCIPE DE CARREGAL DO SAL (ALTERAÇÃO). ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____ **5. PROVEDOR DO MUNÍCIPE** _____

_____ PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. ELEIÇÃO DO PROVEDOR DO MUNÍCIPE



— ARTIGO 18.º DO RESPETIVO REGULAMENTO (caso o ponto 4.2. seja aprovado). —

— **6. CONDECORAÇÕES** —

— PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO, NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE CONDECORAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL. —

— **7. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** —

— ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. —

— De seguida foram tratados os assuntos abaixo descritos e tomadas as seguintes deliberações: —

— **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DIA** —

— 1. TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. —

— Da correspondência rececionada, o Presidente da Assembleia Municipal destacou o que tinha sido recebido do grupo parlamentar Os Verdes, da assembleia municipal de Fafe e da assembleia municipal de Viseu, versando o quadro comunitário Portugal 2020. —

— **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO.** —

— O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar que o projeto de ata da sessão ordinária realizada no dia vinte e sete de abril do corrente ano tinha recebido contributos, que depois de incluídos foi, de novo, enviado a todos os membros do plenário, pelo que no seu entendimento poder-se-ia colocar em votação. —

— Colocada em votação, a ata da sessão ordinária realizada no dia vinte sete de abril de dois mil e dezoito foi aprovada por maioria com duas abstenções dos membros António José Rodrigues dos Santos e Sónia Alexandra Marques Amaral Rosas de Sousa. —

— **ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM OITO DE JUNHO DE DOIS**

MIL E DEZOITO.

— Por proposta do Presidente da Assembleia Municipal e por não ter sido possível elaborar e enviar atempadamente o projeto de ata, o plenário deliberou por unanimidade que o projeto de ata da sessão extraordinária realizada no dia oito de junho do corrente ano, será apreciado e votado na próxima sessão da Assembleia Municipal. —

ADITAMENTO.

— O Presidente da Assembleia Municipal deu explicações acerca do que tinha acontecido sobre a não inclusão na ordem do dia, de um pedido de agendamento do Bloco de Esquerda, referente à “Moção por uma Autarquia Livre de Glifosato”, propondo o respetivo aditamento, indo este ponto constituir o número sete da ordem do dia, passando o espaço do público a ser o número oito, caso o plenário assim o entenda. —

— Colocada em votação a sua admissão, a mesma foi aprovada por maioria com uma abstenção do membro António Sousa Borges, pelo que este assunto passará a constituir o ponto sete da ordem do dia, sob a seguinte designação: —

“MOÇÃO APRESENTADA PELO BLOCO DE ESQUERDA

— **MOÇÃO POR UMA AUTARQUIA LIVRE DE GLIFOSATO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.** —

INFORMAÇÕES DIVERSAS.

— O Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu a sua intervenção, reafirmando que a correspondência recebida e expedida se encontrava arquivada em pastas próprias e poderia ser consultada, sempre que os membros da Assembleia Municipal o desejarem. —

— Deu a conhecer as suas participações e da Mesa em reuniões e eventos, destacando: a sua presença, no dia dezanove de maio de dois mil e dezoito, no congresso da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais; no dia um de maio de dois



mil e dezoito no almoço-convívio dos Zés Pereiras; no aniversário do Centro Cultural de Currelos, tendo dois convites mais do Núcleo do Sporting e da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cabanas de Viriato (Mega Cabidela), não lhe sendo possível estar presente; Festival das Sopas da Escola Aristides de Sousa Mendes; encerramento do ano letivo de dois mil e dezassete barra dois mil e dezoito da USCSAL – Associação Cultural Sénior de Carregal do Sal; e encerramento do ano letivo de dois mil e dezassete barra dois mil e dezoito, no Jardim de Infância Angelina Sousa Mendes e na Escola Básica Nuno Álvares. _____

_____Referiu-se à ordem do dia da sessão, solicitando aos membros da Assembleia Municipal a necessária contenção no uso da palavra aquando das intervenções, de forma a conseguir a celeridade e o bom andamento da sessão. _____

_____ **USO DA PALAVRA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** _____

_____O Presidente da Assembleia Municipal disse estar aberto este período, aceitando inscrições. Inscreveram-se para usar da palavra os membros da Assembleia Municipal a seguir identificados: _____

_____ *Maria Manuela Rodrigues Ribeiro Campos* – Após cumprimentos, começou a sua intervenção referindo-se que as suas questões já tinham sido abordadas em sessões anteriores e que têm a ver com o preço da água do abastecimento público, perguntando em que ponto de situação se encontrava, dado que, se passaram quase dois meses desde a reunião marcada para o dia sete de maio, segundo a informação do Presidente da Câmara, para resolver o problema o que, já há nove meses, tinha sido promessa, de “estar prestes a ser resolvido”. Retomou, de seguida, o problema do material abandonado pelas empresas de telecomunicações, que aquando da substituição e reparação, não recolhem o material danificado, deixando-o espalhado em diversos locais.

———*Manuel António Tavares Santos* – Após cumprimentos, deu início à sua intervenção, referindo que tinha quatro questões a colocar. A primeira, tinha a ver com as reconstruções das habitações que foram afetadas pelos incêndios de outubro de dois mil e dezassete, uma vez que o que se constava era de que comparativamente a outros concelhos afetados, a reconstrução no Concelho de Carregal do Sal estava muito atrasada, pedindo para que fosse feito um ponto de situação. A segunda, entroncava na anterior, questionando, de seguida, quais os planos e implementação de meios de prevenção, nomeadamente a construção e alargamento de caminhos florestais, que permitam a passagem de viaturas de bombeiros de grande porte, de forma a obstar e prevenir a calamidade de dois mil e dezassete. A terceira, estava diretamente relacionada com a habitação social, porquanto tinha chegado ao conhecimento do grupo municipal do Partido Social Democrata que uma casa de habitação, sita ao Gorgolão, se encontra ocupada por uma inquilina que está ausente em Inglaterra, questionando se isso correspondia à realidade; se assim fosse tal situação era lesiva de outras pessoas que eventualmente a poderiam ocupar. Prosseguindo no tema, recordou que em dezasseis de fevereiro de dois mil e dezoito, o grupo municipal do Partido Social Democrata pediu um levantamento de todas as casas de habitação social do Concelho, com a indicação de quem as ocupava, e, em abril do corrente ano, foi transmitido ao grupo municipal uma informação insuficiente, omitindo a identificação das pessoas que as ocupavam. Assim, a bancada do Partido Social Democrata pretendia saber qual o motivo de tal omissão e se a ocultação dos nomes foi aconselhada pela Jurista do Município. Recordou, ainda, que após várias tentativas que visaram a obtenção da informação em falta, souberam que uma das frações que faltavam identificar, estava ocupada pela família de refugiados sírios que está a habitar em Carregal do Sal e outra por uma pessoa que viu a sua casa



consumida pelo fogo. Restava uma outra, sobre a qual não tinham obtido qualquer informação, lamentando que decorridos quatro meses ainda não tenha sido dada resposta, responsabilizando o Presidente da Assembleia Municipal por tal omissão. A finalizar, afirmou que a bancada do Partido Social Democrata era conotada com uma desconfiança política em relação ao Executivo Camarário, mas com todo o histórico que tinha descrito, dispensava-se a fazer outros comentários. _____

_____ *Manuel João Ferreira* – Após cumprimentos, afirmou que a sua intervenção se resumia a duas sugestões. A primeira, referindo que tendo o Município de Carregal do Sal uma situação financeira estável, das melhores ao nível nacional, entendia que não havia necessidade de sacrificar os munícipes, mais propriamente os comerciantes de restauração e bebidas, obviando às taxas que são pagas pela ocupação de esplanadas. A segunda, teve a ver com a possibilidade de reorganização dos passeios com os animais do canil municipal, que sendo marcados na própria semana da realização, não facilita a adesão dos voluntários e a afetação de um número tido por adequado, face aos canídeos existentes. _____

_____ *António Manuel Lopes Batista* – Após cumprimentos, iniciou a sua intervenção, para afirmar e considerar que o assunto que iria expor poderia ser de saúde pública. Prosseguiu, referindo que os acordos de execução celebrados entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, conferem direitos e deveres, com inclusão da indicação dos meios técnicos, financeiros e humanos a alocar, de forma a garantir o objetivo protocolado. Uma das competências e obrigações tem a ver com a limpeza das ruas, dos passeios, dos jardins e de outros espaços ajardinados e que o assunto a apresentar entroncava nesta temática. Referiu-se, assim, ao descontrolo que se tem verificado no que dizia respeito ao crescimento de ervas em espaços públicos, nomeadamente ao longo de

estradas, passeios e jardins. Como nesses espaços também circulam cães e gatos, muitos deles portadores de parasitas (pulgas e carraças), esses parasitas ficam nas ervas existentes e poderão ser suscetíveis de se transmitirem às pessoas, gerando um problema de saúde pública, pelo que, em sua opinião, teria de haver um controlo apertado para prevenir este tipo de situações, com a adoção de medidas excecionais, sugerindo a aplicação, em complemento da ação mecânica, de vinagre biológico e sal marinho refinado, informando existirem estudos referentes a esta prática. _____

_____ *Carlos Alexandre Pais Baptista* – Após cumprimentos, iniciou a sua intervenção para se referir ao modo de divulgação das atividades culturais, no caso concreto, das atividades da ContraCanto. Afirmou nada ter contra esta Associação, bem pelo contrário pois o seu trabalho é muito meritório, mas a verdade é que os painéis de publicidade e divulgação são apenas colocados até à Freguesia de Cabanas de Viriato, não chegando à Freguesia de Beijós. Pediu para que a Câmara Municipal, como entidade que apoia a Associação, a interpelasse no sentido de fazer uma divulgação mais abrangente. No que dizia respeito à intervenção do membro António Batista, sugeriu que o membro se referisse aos locais onde existem ervas, afirmando, ainda, que de acordo com os conhecimentos que tinha sobre o assunto, o uso de vinagre biológico e de sal marinho é muito mais prejudicial do que a utilização de glifosato. _____

_____ *Francisco Azevedo Silva* – Após cumprimentos, iniciou a sua intervenção, para se congratular com a entrada em funcionamento do Parque Alzira Cláudio, afirmando ser necessário promover a regulamentação da utilização do campo desportivo aí existente no Parque Alzira Cláudio, pois tal não se verificando, esta omissão poderá causar, como tem causado, alguns constrangimentos na sua utilização. Prosseguiu, referindo ser necessário colocar mais iluminação (focos de iluminação) junto ao campo de basquetebol, pois de noite torna-se difícil praticar alguma atividade, o que se vai agravar na



altura do inverno por escurecer mais cedo. Disse, também, que a prática de ténis, por exemplo, no campo de jogos, torna-se difícil pelo facto de existirem balizas de futebol o que cria uma apetência maior por este desporto em detrimento do ténis, pelo que entendia que as balizas não deveriam existir naquele espaço, até porque existem os polidesportivos das Freguesias para o efeito, que, entretanto, se encontram abandonados e ou desprovidos do uso para que foram concebidos. Concluiu a sua intervenção, referindo-se ao horário da Biblioteca Municipal, solicitando estudo e ponderação, no sentido do seu alargamento, ainda que fosse pontual, citando, a título de exemplo, a época de exames. —

——— *Nuno Miguel Pais Seabra* – Após cumprimentos, referiu-se às excelentes obras feitas no Centro de Saúde de Cabanas de Viriato, um orgulho para a Vila de Cabanas de Viriato, congratulando-se com a promessa cumprida, tendo colocado a questão de se saber se existe algum risco de encerrar do Centro de Saúde de Cabanas de Viriato. Recordou que o mesmo foi reaberto em maio de dois mil e dezoito com ótimas condições e serviços. —————

——— *José Manuel Lopes Flórido* – Após cumprimentos, questionou a Câmara Municipal sobre o ponto de situação quanto à limpeza que tem vindo a ser efetuada pelos proprietários dos terrenos localizados entre o concelho de Carregal do Sal e o concelho de Santa Comba Dão (à margem da Estrada Nacional duzentos e trinta e quatro), pois apesar da limpeza já realizada ainda há muito para fazer, na medida em que se continua a verificar a existência de árvores de grande porte com as suas ramadas sobre a estrada. Aproveitou para felicitar a Câmara Municipal pela entrada em funcionamento do Parque Urbano Alzira Cláudio, bem como as atividades ali desenvolvidas. —————

——— Tendo o membro Paulo Catalino prescindido do uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões

suscitadas. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Após a apresentação de cumprimentos, o Presidente da Câmara respondeu às questões formuladas. Ao membro Manuela Campos e relativamente ao preço da água mencionou que esta Câmara Municipal tinha acabado por ouvir sucessivamente as reclamações, mas a verdade é que a culpa de tal situação deveria ser assacada a quem assinou o aditamento ao contrato de concessão no ano de dois mil e sete. Disse ter sido feito tudo para que o problema já estivesse resolvido, e se dependesse apenas da Câmara Municipal de Carregal do Sal já estaria ultrapassado, mas a verdade é que nem sempre tem a colaboração dos restantes municípios que fazem parte do abastecimento de água, no âmbito do contrato de concessão. Contudo, informou que nos consumos, a partir do dia um julho do corrente ano, vai haver já uma redução substancial no preço da água, sendo esta a primeira fase. Disse estar já marcada para o próximo dia dezassete de julho uma nova reunião para se dar continuidade às negociações. Alertou que entidades como a ERSAR e o Tribunal de Contas têm de ser ouvidas e o contrato assinado não pode entrar em incumprimento. Relativamente aos cabos e fios abandonados, informou que logo a seguir à última sessão desta Assembleia Municipal, solicitou a intervenção da fiscalização e as respetivas entidades foram notificadas. Disse ser difícil trabalhar com certas entidades, ilustrando o caso da EDP que em pleno centro da Vila Sede, procedeu a trabalhos para a colocação de um novo armário de eletricidade, sem qualquer autorização da Câmara Municipal, pelo que provavelmente ter-se-á de atuar junto desta empresa. Ao membro Manuel António informou que os processos de reconstrução das casas que tinham sido danificadas pelos incêndios de outubro de dois mil e dezassete, são processos muito demorados, tendo descrito as diligências feitas há cerca de um mês e meio, salientando que vai ser a CCDRC – Comissão de Coordenação da Região Centro a liderar o processo de concurso



CARREGAL DO SAL

Livro 13

Fl. 45

para a recuperação de cinco casas de primeira habitação. Quanto à prevenção dos incêndios do corrente ano e respondendo também ao membro José Flórido, informou que a limpeza que estava a ser feita ao longo das vias era da responsabilidade desta Câmara Municipal e não dos proprietários, com o recurso a uma adjudicação à Associação de Produtores Florestais, por a Câmara Municipal não ter meios para o efeito. Disse que as árvores de grande porte existentes vão ser abatidas, aguardando a disponibilização de meios para o efeito, não sendo possível chegar a todo o lado ao mesmo tempo. Relativamente aos caminhos, deu nota de que a Câmara Municipal gasta umas dezenas de milhares de euros na beneficiação e alargamento destes caminhos existentes, cujas prioridades são definidas pelos Comandantes dos Bombeiros Voluntários em cooperação com as Juntas de Freguesia. Referiu-se a uma reunião pedida pela Junta de Freguesia de Cabanas de Viriato que ainda não foi possível agendar. Quanto à habitação social, disse que a Vereadora Cristina Borges iria responder, mas que poderia adiantar que uma das casas estava efetivamente desocupada. Quanto à disponibilização dos elementos e apesar da desconfiança política que a bancada do PSD tem para com este Executivo Camarário, informou que deu de imediato seguimento para o Gabinete Jurídico, tendo recebido o parecer em data recente. Ao membro Manuel João e no que diz respeito à dispensa de pagamento das taxas das esplanadas, referiu que a Câmara Municipal não está assim tão avantajada financeiramente, recordando que aquando da realização de grandes empreitadas como as ETAR's, a Câmara Municipal terá de despende montantes avultados e, tal como já teve oportunidade de informar, poderá vir a ser necessário recorrer a um empréstimo. Disse, ainda, que a Câmara Municipal se encontrava a cumprir o regulamento em vigor e que caso a Assembleia Municipal viesse a alterar o regulamento, no sentido da isenção, o mesmo seria cumprido. Mencionou que não tinha compreendido muito bem a questão do passeio dos canídeos, mas que ainda assim tal

situação poderia ser facilmente resolvida, com o agendamento articulado entre as partes. Ao membro António Batista, recordou que o ano em curso tinha sido atípico e adverso e que, de acordo com os conhecimentos que tinha, a sugestão para aplicar o vinagre ou sal marinho era pior do que a solução atual, recordando que o produto que estava a ser aplicado estava dentro das prescrições legais da legislação nacional e comunitária, com os condicionalismos impostos e essa aplicação era permanentemente monitorizada. Ao responder ao membro Carlos Batista que a Câmara Municipal não era financiadora/patrocinadora da Associação ContraCanto, o que era do seu conhecimento, sendo o apoio traduzido essencialmente na cedência das instalações, de alguns meios técnicos e humanos e a atribuição de subsídios pontuais, sugeriu que intercedesse junto da respetiva organização para que de futuro pudessem colocar a publicidade dos eventos na Freguesia de Beijós. Ao membro Francisco Silva informou que o regulamento estava a ser elaborado. Disse existir um antigo referente à utilização do campo de ténis, que previa pagamentos e tinha a definição de prioridades. Saliu que nesse âmbito está a tentar-se definir prioridades, na utilização do campo, privilegiando o ténis e o basquete em detrimento da modalidade futebol. Informou que não estava prevista a colocação de focos de iluminação junto aos campos de basquetebol. Quanto aos horários desfasados ou alargadas da Biblioteca Municipal informou acerca das experiências efetuadas e de que as mesmas não tinham dado resultados. O pessoal da Biblioteca e do Museu Municipal não é suficiente para fazer face a novos desafios como foi o da abertura do Museu da Escolas Primárias que se encontra inserido no espaço do Parque Alzira Cláudio.

——— *Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges* – Após cumprimentos, começou por referir que o Presidente da Câmara já tinha prestado alguns esclarecimentos, tendo na sua posse o parecer jurídico que iria ser disponibilizado. Uma das casas de função tem



de estar desocupada para responder a alguma emergência que possa surgir. Relativamente à casa do Gorgolão, salientou ter sido feita uma reunião com o advogado da inquilina, tendo sido solicitado à Câmara Municipal a alienação da citada casa. Informou terem sido pedidas informação à entidade (IRU) que tutela esta matéria e bem assim à Caixa Geral de Depósitos, face ao empréstimo contratado aquando da construção das casas, para saber se tal era exequível. Disse ter chegado uma resposta há dois dias atrás, proveniente do IRU, referenciando essa possibilidade, pelo que o assunto estava a ser estudado e iria ser apresentado numa próxima reunião de Câmara Municipal, tendo em vista a alinação desta e doutras casas de habitação social. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal autorizou a inscrição para novas intervenções. _____

_____ *António Manuel Lopes Batista* – Usou da palavra para dar os parabéns à Junta de Freguesia de Beijós, por não ter o problema da existência e do crescimento de ervas, pedindo ao seu Presidente para partilhar, com os restantes membros da Assembleia Municipal, o segredo de manter a Freguesia de Beijós limpa. _____

_____ *Carlos Alexandre Pais Batista* – Usou da palavra para afirmar que não se tratava de nenhum segredo, mas sim a forma de agir no momento certo e fazer a constante monitorização/acompanhamento. Disse que também ele era contra a utilização de herbicidas e que apenas os aplicava em situações muito pontuais e quando se tornava mesmo necessário. Quanto à questão do patrocínio da Associação ContraCanto, referiu que provavelmente não se tinha expressado convenientemente, pois era do seu conhecimento que a Câmara Municipal não era financiadora, mas que, na sua qualidade de parceira nas atividades culturais, poderia sugerir à Associação uma melhor distribuição da publicidade. Ao membro Manuel António informou que no próximo dia doze de julho iria haver uma nova reunião na CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento

Regional do Centro, para fazer um ponto de situação, referindo que nos casos da habitação a recuperar, nomeadamente as de Pardieiros, são casos bastante complicados, mas tudo estava a andar e no bom caminho, salientando que já tinham sido muitas as horas dedicadas a este assunto por parte dos serviços e da parte política. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de antes da ordem do dia. _____

ORDEM DO DIA

2. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA

_____ APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar este ponto referente à informação escrita acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do número dois, do artigo vigésimo quinto, do anexo à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. _____

_____ *Vice-presidente da Câmara* – Após cumprimentos e com o recurso a um *power point* elaborado, apresentou o documento que tinha sido previamente distribuído, como documento de apoio ao ponto em análise. Evidenciou, da atividade municipal, a outorga e assinatura de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no âmbito dos processos de regularização dos precários, expressando publica e institucionalmente o bom trabalho desenvolvido, quer pelos serviços, quer pela parte da Câmara Municipal. Disse pretender encerrar o incidente que aconteceu com o membro Casimiro Loureiro, numa sessão anterior, lamentando que o mesmo não estivesse presente para ouvir, afirmando, de seguida, pretender devolver-lhe e com a devida vénia cada um dos



impropérios e abusos que tinha dito sobre a sua pessoa e que por respeito a esta Assembleia Municipal não iria repetir. Acrescentou que, inclusive, o processo de regularização promovido por esta Câmara Municipal tinha servido de referência a outras Câmaras Municipais. Concluiu, referindo que a Câmara Municipal estava de parabéns. —————

————— *Maria Manuela Rodrigues Ribeiro Campos* – Usou da palavra para, em presença do documento em análise, solicitar um esclarecimento referente à equipa de arquitetos responsável pela elaboração do projeto da Casa do Passal, perguntando o ponto de situação do Projeto, dizendo que a bancada do Partido Social Democrata pretendia saber mais sobre este assunto. —————

————— *António Manuel Lopes Batista* – Usou da palavra para se referir e enaltecer a atribuição do apoio dado à ContraCanto, pretendendo a bancada do Partido Social Democrata saber se outras associações também vão ter reforço no que concerne aos subsídios, na medida em que também estas estão a contribuir para o desenvolvimento da cultura no Concelho. —————

————— O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para responder às questões formuladas. —————

————— *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para dar as explicações acerca do que já tinha sido feito em torno da escolha da equipa dos arquitetos, estando o estudo prévio a ser apreciado pela Direção Regional da Cultura do Centro e Direção Geral do Património Cultural. Após a conformidade e parecer positivo, a equipa de arquitetos avançará com o projeto, prevendo que possa estar concluído no fim do corrente ano. No que diz respeito aos apoios ao Movimento Associativo esse irá ser presente a uma próxima reunião da Câmara. Recordou que existem apoios às associações do Concelho e que o subsídio à ContraCanto foi pontual e para fazer face a despesas acrescidas com a contratação de artistas. Concluiu, referindo que a Câmara Municipal estará

sempre disponível para ajudar, como ajuda todas as associações. _____

_____ *Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para complementar a intervenção do Presidente da Câmara, referindo que a atribuição dos subsídios regulares tem o seu enquadramento no regulamento em vigor, salientando as medidas plasmadas no mesmo, ao nível das atividades regulares, pontuais, para instalações e outras e respetivos prazos de candidatura. _____

_____ *Presidente da Assembleia Municipal* – Usou da palavra para interpelar a Câmara Municipal e perguntar quantos trabalhadores foram contemplados no âmbito do processo de regularização, ao que o Vice-presidente da Câmara respondeu, de imediato, que tinham sido os que foram previstos no mapa de pessoal. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal autorizou uma nova intervenção. _____

_____ *António Manuel Lopes Batista* – Usou da palavra para esclarecer que na sua intervenção pretendeu evidenciar o papel desempenhado pelo NACO- Núcleo Juvenil de Animação Cultural de Oliveirinha, com muitas atividades e por certo muitas despesas, pedindo o reforço do apoio a atribuir. _____

_____ De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da ordem do dia. _____

_____ **3. MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO** _____

_____ ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2018. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para que esta pudesse apresentar e justificar o ponto em análise, referente à proposta da segunda revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de dois mil e dezoito.

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para justificar e fundamentar a proposta apresentada, para incluir novos projetos, com a redistribuição de verbas,



diminuindo algumas de projetos mais atrasados na sua execução, salientando a requalificação das linhas de água afetadas pelos incêndios, a construção do centro de recolha oficial de canídeos, a revisão do Plano Diretor Municipal e a eficiência energética em casas da Câmara Municipal.

——— *Maria Manuela Rodrigues Ribeiro Campos* – Usou da palavra para referir que a bancada do Partido Social Democrata, aquando da apresentação e aprovação do Orçamento do ano de dois mil e dezoito, votou contra e a partir daí tem optado pela abstenção. Disse que esta bancada concorda com a revisão e a execução dos projetos inseridos, nomeadamente da requalificação das linhas de água afetadas pelos incêndios. Contudo, a bancada do Partido Social Democrata mostrou a sua preocupação pelo facto de estarem a ser retiradas verbas de outros projetos, como as ETAR's, estando apenas uma com previsão dos montantes necessários. Recordou, inclusive, que o Presidente da Câmara tinha dito, em anterior sessão da Assembleia Municipal, da eventual necessidade de recorrer a um empréstimo, pelo que o seu voto iria ser de abstenção.

——— O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações tidas por adequadas e necessárias.

——— *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para informar que nada está em risco, tendo reafirmado que existem obras mais atrasadas, sendo que a contratação do empréstimo, a acontecer, será feita em devido tempo. Recordou que as restantes ETAR's são para serem candidatadas no âmbito da constituição de uma empresa municipal que há de ser presente e ser aprovada por esta Assembleia Municipal. Concluiu que há de chegar o momento para se dar andamento a esses projetos, a Assembleia Municipal há de ser chamada a pronunciar-se e que, com esta revisão, a afetação de verbas a novos projetos é um imperativo necessário para que se possam fazer candidaturas, salientando que nada está em risco.

— Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal informou que iria colocar em votação este ponto, tendo-se registado o seguinte resultado: —

— Contra – 0 (zero) votos; —

— Abstenções – 6 (seis) votos; —

— A favor – 14 (catorze) votos. —

— A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com seis abstenções dos membros Manuel Santos, Manuela Campos, António Batista, Sónia Sousa, Elisabeta Caldeira e Manuel João e catorze votos a favor dos restantes membros da Assembleia Municipal, a segunda Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de dois mil e dezoito, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. —

— A bancada do Partido Social Democrata apresentou declaração de voto, nos seguintes termos: —

— “Declaração de Voto —

— A bancada do PSD da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, relativamente à proposta da segunda revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de 2018 apresentadas, concorda integralmente com a preservação da qualidade das linhas de água do concelho (requalificação das linhas de água afetadas pelos incêndios de 2017). —

— Estranha é que esta proposta de alteração venha retirar verbas que se encontravam adstritas às ETAR's, cuja informação em 16-09-2017 era de que o financiamento estava todo assegurado e aprovado e, posteriormente, mais especificamente na A.M. de 27-04-2018, veio o Senhor Presidente da Câmara informar esta Assembleia que seria necessário recorrer a empréstimo bancário para a sua concretização. —



——— Ora, com esta alteração orçamental, o que se constata é uma redução da capacidade financeira da Autarquia para fazer face à quota parte que é indispensável para a construção das ETAR's. —————

——— Pelos factos elencados a bancada do PSD abstém-se, dadas as contradições registadas". —————

——— 4. REGULAMENTOS —————

——— 4.1. REGULAMENTO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DO MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL (ALTERAÇÃO). ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

——— O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para que esta pudesse apresentar e justificar o ponto em análise, referente à proposta de alteração do Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Carregal do Sal. —————

——— *Vice-presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para referir que a alteração ao Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Carregal do Sal tinha a ver com a retirada do artigo vigésimo segundo que previa o estabelecimento de uma taxa, indo ao encontro do compromisso assumido no último mandato, sendo certo que, tal como também tinha sido assumido, a previsão dessa taxa tinha colhido as orientações da Associação Nacional de Municípios Portugueses, mas não foi estabelecida nem cobrada. —————

——— O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para dar as explicações tidas por adequadas e necessárias. —————

——— *Manuel António Tavares Santos* – Usou da palavra para referir que a bancada do Partido Social Democrata lamentava que as propostas apresentadas em vinte de fevereiro de dois mil e dezassete não tivessem sido aceites pela bancada do Partido Soci-

alista, porquanto, na altura, a Mesa e a Câmara Municipal estavam de acordo com a retirada do artigo vigésimo segundo. Congratulava-se, no entanto, ainda que passados quinze meses, por tal apreciação, evidenciando que poderia e deveria ter sido feita na altura. —

— Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal informou que iria colocar em votação este ponto, tendo-se registado o seguinte resultado: unanimidade. —

— Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade, a proposta de alteração do Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Carregal do Sal, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. —

— A bancada do Partido Social Democrata apresentou justificação de voto, nos seguintes termos: —

— “Declaração de Voto —

— A bancada do PSD da Assembleia Municipal de Carregal do Sal, considera que esta alteração ao Regulamento do Serviço Municipal de Proteção Civil de Carregal do Sal, não carecia de voltar a esta Assembleia para ser aprovada, caso a bancada do PS desta mesma Assembleia tivesse acolhido as sugestões da bancada do PSD no mandato anterior, ou seja, à semelhança da postura da Mesa da Assembleia Municipal e do próprio Executivo Camarário que se mostraram recetivos à alteração, situação que a bancada do PS não fez. Em devida altura, foi alertado pela bancada do PSD que a taxa incluída no Regulamento agora alterado era inconstitucional e por esse facto votava contra. Agora, sanada essa situação a bancada do PSD vota favoravelmente. Esta situação é demonstrativa do espírito construtivo que tem presidido à conduta da bancada do PSD,



CARREGAL DO SAL

Livro 13

Fl. 50

o mesmo não se pode afirmar relativamente à bancada do PS que, de uma forma, sistemática continua a recusar liminarmente todos os contributos sugeridos para uma melhoria do funcionamento deste Órgão.”

4.2. REGULAMENTO DO PROVIDOR DO MUNÍCIPE DE CARREGAL DO SAL (ALTERAÇÃO). ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para que esta pudesse apresentar e justificar o ponto em análise, referente à proposta de alteração do Regulamento do Provedor do Município de Carregal do Sal.

Vice-presidente da Câmara Municipal – Usou da palavra para justificar a proposta de alteração do Regulamento do Provedor do Município, recordando ter sido uma promessa feita no mandato anterior, evidenciando que o Regulamento na altura apresentado pela Câmara Municipal, quanto à forma e conteúdo tinha sido aprovada pelos sete membros da Câmara Municipal, sem quaisquer outras intenções e que perante a prepotência havida, aquando da apreciação neste órgão deliberativo, por parte da bancada do Partido Social Democrata e tudo o que tinha sido dito e veiculado posteriormente na comunicação social, a Câmara Municipal entendeu manter a proposta e estava agora, tal como prometido, a propor a alteração do Regulamento, dando mais voz à Assembleia Municipal no que dizia respeito à nomeação/eleição do Provedor.

O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o período de debate, aceitando inscrições.

Manuel António Tavares Santos – Após cumprimentar o Provedor presente na sessão e na parte do público, usou da palavra para, em nome da bancada do Partido Social Democrata, questionar sobre o impacto que o Provedor tinha tido, nomeadamente sobre o número de pedidos entrados e pessoas atendidas, bem como as decisões entretanto proferidas.

———O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para intervir caso assim entendesse. —————

——— *Vice-presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para referir que lhe parecia estas informações não deveriam ser prestadas pela Câmara Municipal e sim pelo Provedor do Município que, tal como era do conhecimento geral, era independente relativamente à Câmara Municipal. Contudo, poderia informar, por ser do seu conhecimento, que tinha tido algum impacto, nomeadamente no decurso da campanha eleitoral. ——

——— *Manuel António Tavares Santos* – Retomou a sua intervenção, referindo que o pedido formulado tinha o seu fundamento no Regulamento em vigor, porquanto o mesmo prevê que o Provedor até março do ano seguinte envie um relatório à Câmara e à Assembleia Municipal sobre a sua atividade semestral, e os regulamentos aprovados devem ser cumpridos. Recordou que o Regulamento foi proposto em novembro de dois mil e dezasseis, mereceu alguns reparos da bancada do Partido Social Democrata, nomeadamente sobre a eleição do Provedor não pretendendo, no entanto, escarpelizar o que se tinha passado. Contudo, algumas das questões suscitadas foram aceites e, mais uma vez, passados quinze meses, se estava a proceder à alteração que poderia ter acontecido em devida altura. Disse pretender reconhecer o trabalho da bancada do Partido Social Democrata, pois tinha contribuído para a elaboração de um documento mais correto e mais capaz. —————

———O Presidente da Assembleia Municipal informou que iria articular com o Provedor do Município uma forma eficaz de fazer chegar informação periódica sobre a sua atividade. —————

——— *Vice-presidente da Câmara Municipal*— Usou da palavra para recordar o que já tinha afirmado de que não existe legislação específica sobre a criação do Provedor do Município e cada autarquia é livre de optar pelo que entende ser a melhor proposta. Foi



nesse pressuposto que a proposta tinha sido aprovada por unanimidade na Câmara. Nomeou o Provedor, elaborou o Regulamento e submeteu o mesmo à Assembleia Municipal, no âmbito das competências desta. Salientou que a Câmara Municipal tinha deliberado sem quaisquer intenções secundárias, tinha-o feito de forma unânime e o que a tinha chocado foi a forma como foram apresentadas algumas das propostas/sugestões da bancada do Partido Social Democrata. Reafirmou que a Câmara Municipal estava de consciência tranquila, estava inclusive aberta a aceitar alterações, também o disse na altura, mas a forma prepotente como as sugestões foram avançadas, contribuiu para que a Câmara Municipal colocasse em votação a citada proposta. —————

————— *Maria Manuela Rodrigues Ribeiro de Campos* – Usou da palavra para mencionar que era um elemento pertencente à Assembleia Municipal e que na altura a agressividade verificada foi de parte a parte. A bancada do Partido Social Democrata não tinha concordado, desde o início, que tivesse sido a Câmara Municipal a nomear o Provedor do Município e de seguida lhe apresentasse o Regulamento para aprovar, entendendo que deveria ter um papel mais ativo nesta matéria, razão pela qual foram apresentadas as sugestões da altura, algumas aceites e outras não, estando agora a alterar-se o Regulamento. A bancada entendeu que os passos seguidos e a metodologia utilizada, não foram os mais corretos. Se houve teimosia e tons mais elevados foi de parte a parte, além de que as pessoas mais envolvidas nesta discussão já não pertencem a este órgão deliberativo. —————

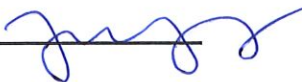
————— *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Após cumprimentos, afirmou que sentia que havia necessidade de dar um “colinho” à bancada do Partido Social Democrata, dizendo que estava tudo muito bem e que as sugestões apresentadas pela bancada do Partido Social Democrata, há quinze meses atrás, estavam agora a ser aprecia-

das. A verdade é que existiam propostas da bancada do Partido Socialista, que não tiveram acolhimento, não foram respondidas e muito menos aprovadas. Disse que dever-se-ia enaltecer todos os contributos que as bancadas possam dar, alguns aceites, outros não, sendo isso próprio da Democracia, e foi o que se tinha passado neste Regulamento e no anterior. No Regulamento do Provedor, com esta alteração, existe a possibilidade regulamentar de dar mais voz à Assembleia Municipal, quer em termos de eleição, quer em termos de apreciação de relatório. Era isso que estava em causa, pelo que não se deveria divergir e ir para outros caminhos, sendo que a bancada do Partido Socialista iria votar favoravelmente, estando sempre com uma postura para melhorar e resolver problemas. _____

_____ *Vice-presidente da Câmara Municipal* – Na sequência da intervenção do membro Manuela Campos, referiu que esta se esqueceu de dizer que a bancada do Partido Social Democrata da altura fez depender a aprovação do documento da forma de eleição do Provedor e não o fez da forma mais correta, tendo promovido escritos, notícias na comunicação social e queixas. _____

_____ *Manuel António Tavares Santos* – Usou, de novo, da palavra para relativamente à intervenção do membro Paulo Catalino afirmar que a bancada do Partido Social Democrata não precisava do “colinho” do Partido Socialista, os seus elementos tinham sido legitimamente eleitos e estavam na Assembleia Municipal para exercer as suas funções. Disse não ter estado no último mandato, mas a verdade é que constava do Regulamento que o Provedor deveria apresentar um Relatório sobre a sua atividade, de carácter semestral, dirigido à Câmara e à Assembleia Municipal. _____

_____ *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para reforçar a intervenção proferida e afirmar que era dono daquilo que dizia e expressava e da intenciona-



lidade com que o fazia, perante a postura da bancada do Partido Social Democrata naquele órgão deliberativo, afirmando que a bancada do Partido Socialista não estava predisposta a continuar a dar “colinhos” à bancada do Partido Social Democrata. _____

_____ *Vice-presidente da Câmara* – Usou da palavra para reafirmar que a Câmara Municipal não é fiscal do Provedor. _____

_____ Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal informou que iria colocar em votação este ponto, tendo-se registado o seguinte resultado: unanimidade. _____

_____ Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por unanimidade, a proposta de alteração do Regulamento do Provedor do Município de Carregal do Sal, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria.-

_____ A bancada do Partido Social Democrata apresentou justificação de voto, nos seguintes termos: _____

_____ “Declaração de Voto _____

_____ A bancada municipal do PSD de Carregal do Sal, entende que houve uma melhoria da redação do Regulamento do Provedor do Município, apesar de não terem sido levadas em conta as propostas já efetuadas na Assembleia Municipal de 20-02-2017, a saber: _____

_____ a) Forma de nomeação _____

_____ b) Questão do sigilo do queixoso, caso este requeira _____

_____ c) Não inclui a incompatibilidade como caso de cessão de funções. _____

_____ Retiraram o indeferimento liminar das queixas anónimas e das destituídas de fundamento ou reveladoras de má-fé. _____

_____ Apesar, de considerarmos que o documento poderia ser mais completo se con-

templasse estas alterações, ainda assim, há que referir algum progresso em comparação com o que inicialmente foi apresentado. Por esse facto, a bancada do PSD votou favoravelmente, registando esta declaração de voto.”

5. PROVEDOR DO MUNÍCIPE

PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. ELEIÇÃO DO PROVEDOR DO MUNÍCIPE – ARTIGO 18.º DO RESPETIVO REGULAMENTO (caso o ponto 4.2. seja aprovado).

O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar sobre a metodologia a utilizar, referindo que iria ser utilizado o escrutínio secreto como forma de votação.

Finda a votação, o Presidente da Assembleia Municipal solicitou a presença de um elemento de cada um dos grupos municipais do Partido Social Democrata e do Bloco de Esquerda com assento na Assembleia Municipal, tendo-se verificado o seguinte resultado: unanimidade.

Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação por escrutínio secreto, deliberou eleger por unanimidade e aclamação o Dr. Artur Jorge Saraiva Pereira da Silva, Provedor do Município do Concelho de Carregal do Sal, com vinte votos a favor, nos termos do disposto no artigo décimo oitavo do respetivo Regulamento.

A bancada do Partido Socialista apresentou declaração de voto, referindo que se congratulava com esta votação, por ter sido criado um interlocutor numa sociedade que vivendo o espírito da democracia, deve ter um papel cada vez mais ativo. Desejou os maiores êxitos ao Provedor do Município no exercício das suas funções, sendo importante a divulgação abrangente do mesmo. Da sua ação e dos munícipes que a ele recorrerem, através da apresentação de queixas e reclamações, poderão ser capitalizados mais contributos e sinergias nos propósitos que todos devem ter no desenvolvimento do Concelho e que poderão ser analisados aquando da apreciação do Relatório,

nas citadas críticas, nas reclamações e também nos elogios. _____

_____ **6. CONDECORAÇÕES** _____

_____ PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO, NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE CONDECORAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para informar sobre a metodologia a utilizar, na deliberação, referindo que iria ser utilizado o escrutínio secreto como forma de votação. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar a proposta referente à atribuição de condecoração ao NACO – Núcleo Juvenil de Animação Cultural de Oliveirinha. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para remeter os respetivos fundamentos da proposta para o que consta da cópia de parte da ata da reunião da Câmara Municipal e também o que já tinha sido, nesta sessão, acerca da atividade do NACO – Núcleo Juvenil e Animação Cultural de Oliveirinha, em prol do desenvolvimento da cultura do Concelho de Carregal do Sal. _____

_____ O Presidente da Assembleia Municipal referiu que iria proceder-se à votação, finda a qual e na presença de um elemento de cada dos grupos municipais do Partido Socialista e do Partido Popular com assento na Assembleia Municipal, foi verificado o seguinte resultado; dezanove votos a favor e um voto nulo. _____

_____ Assim, a Assembleia Municipal, decorrida votação por escrutínio secreto, deliberou atribuir por maioria, a Medalha de Mérito Municipal Cultural, grau prata, ao NACO – Núcleo Juvenil de Animação Cultural de Oliveirinha, com dezanove votos a favor e um voto nulo, nos termos do Regulamento de Atribuição de Condecorações do Município de Carregal do Sal. _____

———A bancada do Partido Socialista apresentou declaração de voto, no sentido de se congratular com a decisão dos órgãos do Município, ao condecorarem o NACO – Núcleo Juvenil de Animação Cultural de Oliveirinha pelos serviços prestados e pelos inúmeros contributos dados na área da Cultura no Concelho de Carregal do Sal. A bancada do Partido Socialista fazia, assim, de viva voz, o reconhecimento e a aceitabilidade da proposta de condecoração apresentada pela Câmara Municipal.———

———**7. MOÇÃO APRESENTADA PELO BLOCO DE ESQUERDA.**———

———MOÇÃO POR UMA AUTARQUIA LIVRE DE GLIFOSATO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ———

———O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o espaço para análise deste ponto e da respetiva proposta, recordando que o mesmo tinha sido aditado à ordem do dia, perguntando ao membro proponente do Bloco de Esquerda se queria apresentar e justificar a Moção por uma Autarquia Livre de Glifosato.———

———*Manuel João Ferreira* – Usou da palavra para justificar a moção apresentada, nos termos do documento apresentado e que se considera como parte integrante desta ata, evidenciando-se, de acordo com as palavras proferidas, que apesar da legislação publicada sobre a aplicação condicionada do glifosato, na área territorial do Município, a legislação estava longe de ser cumprida.———

———*António de Sousa Borges* – Após cumprimentos, o membro desta Assembleia Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Conde disse haver sempre uma primeira vez para intervir e nunca tinha pensado que a sua primeira intervenção seria da forma como antevia que iria ser. Referiu que sobre esta matéria, ao longo da noite desta sessão, tinha presenciado e ouvido um chorrilho de disparates. Disse que as pessoas tendem a falar daquilo que não sabem, muitas vezes com o objetivo de ferir outras pessoas. Relativamente à intervenção do membro Antonio Batista, mencionou



que falaria com ele, fora da Assembleia Municipal. No que concerne à Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, pediu ao membro Manuel João Ferreira, que expressamente lhe fossem indicadas soluções e experiências havidas e quanto custa o tratamento para as ervas, com as medidas alternativas. Disse não ser exequível a monda térmica, muito menos na Freguesia de Oliveira do Conde face à sua grande dimensão territorial. Mencionou que provavelmente o membro do Bloco de Esquerda não tem ideia da dimensão da Freguesia de Oliveira do Conde. Questionou, de novo, acerca do custo do tratamento térmico por hectare, referindo que se o membro do Bloco da Esquerda não sabe, ele tem esse conhecimento. Afirmou que assumia por inteiro a sua responsabilidade, pedindo naquela hora o custo do tratamento por hectare das alternativas que o Bloco de Esquerda tem para apresentar. Provavelmente a apresentação deste tipo de propostas é feito por quem nunca geriu um orçamento de uma Junta de Freguesia, com inúmeros problemas para resolver e com fracos recursos financeiros, pois se soubessem mudavam de opinião. Concluiu a sua intervenção, questionando se o Bloco de Esquerda tem estatísticas sobre quantos indivíduos já morreram devido à aplicação de herbicidas e se tem estatísticas, em termos comparativos, sobre quantas pessoas morreram devido ao uso de tabaco. Reafirmou que não se deve falar nas coisas apenas por falar, principalmente quando não se tem soluções credíveis para apresentar. —————

————— *Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes* – Após cumprimentos, começou a sua intervenção por referir que não trazia uma solução mágica para acabar com as ervas, nem nenhuma fórmula que permitisse acabar com o uso definitivo da aplicação de herbicidas. Disse que ninguém gosta da aplicação deste tipo de produtos, apesar de não conhecermos estatísticas quanto aos seus efeitos nefastos, situação que é ainda mais premente quando Carregal do Sal se assume como Vila Natural. Afirmou que também ela gostava que não fosse necessário o uso de herbicidas. E, refletindo sobre o assunto,

se é difícil encontrar uma alternativa, porque não aceitarmos e aprendermos a viver com algumas ervas, face à ruralidade do nosso Concelho. Todavia, era importante que todos pudéssemos refletir sobre o assunto em causa, razão pela qual deixava estas ideias, reiterando que não existindo alternativas capazes ao uso de herbicidas, ao nível da monda térmica, uso de vinagre e sal, não via mal nenhum em conviver com as ervas, recordando tempos idos em que tal aconteceu. A propósito e em jeito de conclusão, sugeriu que aquando das pavimentações de arruamentos, nomeadamente em paralelos, possam ser encontradas soluções para que nos intervalos (fissuras) não nasçam ervas. Terminou referindo que estes eram os seus contributos sobre o tema em análise. —

——— *Vice-presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para se dirigir ao membro Manuel João e afirmar que a Câmara Municipal tem pleno conhecimento da lei que enquadra os locais/espacos onde podem ser aplicados os produtos fitofarmacêuticos (herbicidas) e que, tal tarefa está entregue a um técnico, cujo serviço a Câmara Municipal contratou e que garante esse cumprimento da legislação. —

——— *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para dizer que tem uma forma de resolver o problema, sugerindo ao Bloco de Esquerda a promoção de uma campanha para que cada pessoa faça a limpeza da frente da sua casa, como era prática antigamente. A verdade é que tais ações caíram em desuso e as pessoas agora apenas sabem reclamar junto das Juntas de Freguesia sobre a existência de ervas. Se essa prática se retomasse, para além de não haver encargos com a aquisição de herbicidas, não se estaria a discutir este problema. Concluiu, referindo que o Bloco de Esquerda teria o seu apoio na campanha que viessem a desenvolver, questionando o membro Manuel João Ferreira que lhe indicasse onde é que a Câmara Municipal não estava a cumprir a lei. —

——— *António Manuel Lopes Batista* – Começou a sua intervenção, referindo que não



CARREGAL DO SAL

Livro 13

Fl. 55

era sua intenção usar da palavra, nem tinha feito, na sua intervenção inicial, qualquer alusão a esta ou àquela Junta de Freguesia. Tinha tido esse cuidado, porque sabia que o problema era transversal a todas as Juntas de Freguesia, não faltou ao respeito a ninguém, tinha sido honesto e assertivo, ao contrário do Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Conde na sua intervenção. Reafirmou que no seu entendimento a delegação de competências nas Juntas de Freguesia pressupõe, também, a alocação de meios financeiros, materiais e humanos, por parte da Câmara Municipal. Entendia que a Câmara Municipal deveria acionar medidas excepcionais. Prosseguiu, afirmando que quando o Presidente da Junta de Freguesia de Beijós disse que não tinha esses problemas na sua Freguesia, pretendeu demonstrar que tal existia na Freguesia de Oliveira do Conde. Recordou que o Presidente da Junta de Freguesia de Beijós disse que o segredo estava no agir no momento oportuno. Disse que concordava com a intervenção do membro Ana Filipa Moreira Lopes e do senhor Presidente da Câmara, sobre a possibilidade de cada um fazer a limpeza em frente às suas habitações e também conviver com as ervas, desde que tais não prejudiquem a saúde das pessoas, mas lembrou, também, que as aldeias estão cada vez mais desertificadas e com muitos idosos, não lhes sendo possível limpar as frentes das suas casas de habitação. Em jeito de reflexão, deixou uma sugestão no sentido de serem criados incentivos para o embelezamento das ruas e passeios. Concluiu, afirmando que as suas intervenções visam sempre a qualidade de vida das populações, na tentativa de resolver um problema que é comum a todas as aldeias e não arranjar quaisquer conflitos. _____

_____ *Sérgio Correia da Costa Rodrigues* – Após cumprimentos, afirmou que o Bloco de Esquerda tinha referido que na sua moção que a Organização Mundial de Saúde colocou os herbicidas na lista dos produtos cancerígenos. A este propósito e a título exem-

plificativo, informou que são diversos os produtos constantes da lista, como são os casos do bacon, linguiça e salsicha e ao que sabe estes produtos não se vão deixar de consumir. _____

_____ *Manuel João Ferreira* – Usou da palavra para afirmar que o Bloco de Esquerda não falou na monda térmica como única alternativa à cura das ervas das ruas. Mas existem várias maneiras. Não sabe quanto é que custam as alternativas, mas perguntou quanto é que custa uma vida humana. Disse terem sido diversos os testemunhos de pessoas que foram prejudicadas aquando da aplicação dos herbicidas, nomeadamente em flores e outras plantas. Concluiu a sua intervenção, dizendo que o glifosato é utilizado em demasia e que seria benéfico reduzir a sua aplicação. _____

_____ *António de Sousa Borges* – Usou, de novo, da palavra para responder que tinha reagido à intervenção do membro António Batista quando afirmou que as ervas na povoação de Fiais da Telha estavam excessivamente altas. Para além disso, num post colocado no facebook, referiu que as ruas de Fiais da Telha estavam todas engalanadas, quando sabia que os serviços da Junta de Freguesia, três dias antes, já andavam na povoação a limpar. Disse que lhe parecia haver uma fixação no Presidente da Junta de Freguesia, mas ele tinha sido sempre uma pessoa correta e educada. Concluiu, mencionando que quando disse que no final falaria com o membro da Assembleia Municipal, pretendeu apenas dizer que dialogaria na qualidade de cidadão, sem envolver a Junta de Freguesia de Oliveira do Conde e o Partido Socialista, nas opiniões que iria formular.

_____ *Vice-presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para responder à intervenção do membro António Batista e informar que a Câmara Municipal não delega competências nas Juntas de Freguesia, a delegação decorre da lei-quadro em vigor. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para em relação a interven-



ções anteriores, afirmar não saber exatamente o que era pretendido com o embelezamento de ruas e que quanto à monda térmica, com os equipamentos atuais, seriam precisos um número significativo de equipamentos e de igual número de pessoas a operar. Atualmente este tipo de máquinas não tem qualquer interesse; no futuro até podem aparecer máquinas com capacidade para resolver. _____

_____ *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para pedir serenidade na situação em análise. Afirmou que a posição do Partido Socialista é a de a todo o custo se evitar o uso de herbicidas, desde que haja alternativas viáveis do ponto de vista técnico, financeiro e de segurança. Mas que de acordo com o seu conhecimento não há. A propósito leu um documento emanado de uma entidade governamental que refere que a utilização de vinagre e sal não estava aprovada e a monda térmica também não era exequível. Referiu-se, também, a um documento da Quercus, aludindo a que a aplicação de herbicidas deve ser evitada, que a melhor alternativa é o corte. Concluiu a sua intervenção, referenciando que todos, sem exceção, gostariam de ver valetas, passeios e arruamentos sem ervas. A todo o custo devem evitar-se os herbicidas. Não há, no entanto, alternativas credíveis e viáveis e a discussão não se esgota no dia de hoje. A sugestão seria fazer uma moção para aprendermos a lidar com as ervas, desde que elas não coloquem em causa a saúde pública. Contudo e relativamente à moção do Bloco de Esquerda, a mesma integra dois pontos: o primeiro, que é uma preocupação e o Partido Socialista está de acordo; o segundo, que não merece o acordo do Partido Socialista, por não ser conhecida uma alternativa credível. Por se tratar de uma moção, sem possibilidade de decomposição, obriga à votação contra da bancada do Partido Socialista. _____

_____ Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia Municipal informou

que iria colocar em votação este ponto, nos termos apresentados pelo Bloco de Esquerda, tendo-se registado o seguinte resultado: _____

_____ Contra – 12 (doze) votos; _____

_____ Abstenções – 7 (sete) votos; _____

_____ A favor – 1 (um) voto. _____

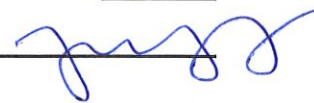
_____ A Assembleia Municipal, decorrida votação nominal, deliberou por maioria rejeitar, com doze votos contra dos membros Paulo Catalino, Carlos Baptista, António Borges, Adelino Carneiro, José Castanheira, Sérgio Rodrigues, Nuno Seabra, António Santos, Francisco Silva, Ana Isabel, Jorge Gomes e José Flório, sete votos de abstenção dos membros Manuela Campos, Manuel António, Elisabeta Caldeira, Sónia Sousa, António Batista, Filipa Lopes e Isabel Teixeira e um voto a favor do membro Manuel João, a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda “Por uma Autarquia Livre de Glifosato”, nos termos da documentação que vai ser arquivada em pasta própria. _____

_____ A bancada do Partido Socialista apresentou declaração de voto, nos seguintes termos:- _____

_____ “Declaração de Voto _____

_____ A bancada do Partido Socialista, vota contra a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda “Por uma Autarquia Livre de Glifosato”, porque este partido não aceitou fazer fracionamento dos 2 pontos da Moção. _____

_____ A saber, o primeiro ponto “Manifestar a sua preocupação com os riscos para a saúde da população do Concelho de Carregal do Sal, pelo uso de herbicidas contendo glifosato”. O Partido Socialista concorda com o teor do ponto, mas, em relação ao segundo ponto, não pode aprovar uma solução de substituição do herbicida em que não é apresentada a substância ou métodos alternativos, criando um vácuo no tratamento ou limpeza na eliminação das ervas”. _____



—————8. **ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**—————

—————ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.—————

————— O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto este ponto da ordem do dia e aceitou inscrições.—————

—————*Artur Jorge Saraiva Pereira da Silva* – Usou da palavra para fazer um agradecimento à Câmara e à Assembleia Municipal, agradecimento esse sincero, afirmando que esperava estar à altura da missão que lhe foi confiada. De seguida, apresentou um pedido público de desculpas por não ter apresentado o Relatório a que o Provedor estava obrigado, mas essa elaboração não tinha sido propositadamente elaborada, porquanto não tinha sido muita a atividade do Provedor do Município. Ainda assim, iria fazer o Relatório, sendo certo que o mesmo iria ter pouco conteúdo, face à ausência das pessoas, não estando estas mobilizadas para o efeito.—————

—————Concluiu a sua intervenção, fazendo uma reflexão sobre a Democracia e o Vinte e Cinco de Abril, os tempos de liberdade que cada um pode viver, o que não era possível quando era jovem. A discussão havida nesta sessão era sinónimo de que a democracia estava a funcionar, em que, no fim, todos defendem os interesses máximos do Concelho. ———

—————Findo este período, o Presidente da Assembleia Municipal pediu à primeira Secretária que procedesse à leitura da minuta de deliberações, nos termos seguintes: ———

—————**APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO DO ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO.**—————

—————O Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Jorge Morgado Gomes, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, iria pedir aos secretários para procederem à leitura da minuta das deliberações dos pontos três, quatro (quatro ponto

um e quatro ponto dois), cinco, seis e sete da ordem do dia. _____

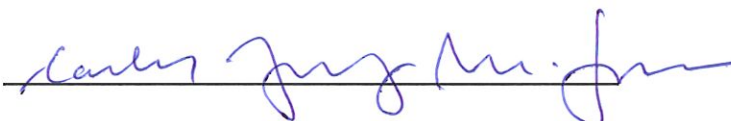
_____ Colocada em votação, decorrida votação nominal, a minuta foi aprovada por unanimidade. _____

_____ **ENCERRAMENTO.** _____

_____ Esgotada a ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e cinco minutos. _____

_____ E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. _____

O Presidente da Assembleia Municipal,



Carlos Jorge Morgado Gomes

A Primeira Secretária,



Ana Isabel Abrantes Ribeiro

A Segunda Secretária,



Isabel Clara Amaral Teixeira.